

## AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO

**Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL /CBHSF)**

**Data:** 07/07/2022 e 08/07/2022

**Local:** Portobello Ondina Praia, Av. Oceânica, 2275 - Ondina, Salvador/BA

**Horário:** 09h00 – 16h30

**Participantes:**

Nome		Instituição
1	Willian César Ireno	ADAO - Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios
2	João Bastos Neto	AFAF - Associação dos Fruticultores da Aduadora da Fonte
3	Marcelo Silva Ribeiro	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte da Diamantina
4	Deivid Lucas de Oliveira	FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
5	Veridiana Araújo de Oliveira	Psicultura Itaparica
6	Ubirajara Rodrigues Xavier	SEDURBS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
7	Larissa Cayres de Souza	SEMA/BA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
8	Luiz Roberto Porto Farias	UFAL – Universidade Federal de Alagoas
9	Manuella Maria Vergne Cardoso	UNEB – Universidade do Estado da Bahia
10	Rochaelly Xavier Trindade	Antônio Paiva dos Santos - Pesca
<b>CONVIDADOS/DEMAIS PARTICIPANTES</b>		
11	Elba Alves	SEMA/BA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
12	Rúbia S. B. Mansur	Agência Peixe Vivo
13	Cláudio Ademar da Silva	CCR - Submédio
14	José Maciel Nunes de Oliveira	DIREC/CBHSF
15	Almacks Luis Silva	Secretário do CBHSF
<b>PARTICIPANTES EM PLATAFORMA VIRTUAL</b>		
16	Sonáli Cavalcanti Oliveira	CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
17	Hilda de Piava Bicalho	Instituto Guaicuy
<b>PARTICIPANTES COM AUSÊNCIA JUSTIFICADA</b>		
18	Sara Vercio Lemos	Colônia de Pescadores Z-12

1 **1. Abertura e verificação de quórum**

2 Após a verificação do quórum, o Sr. Luiz Roberto Farias saúda a todos, agradece a presença dos  
3 convidados e, em seguida, dá início à reunião solicitando que todos os participantes presentes se  
4 apresentem.

5

6 **2. Leitura e aprovação da ajuda memória da reunião CTIL realizada nos dias 13 e 14 de abril de 2022**

7 A ajuda memória da reunião CTIL realizada nos dias 13 e 14 de abril de 2022 é projetada em tela para a  
8 apreciação de todos. Em seguida, ela é colocada para aprovação, sendo assentida, sem nenhuma  
9 contribuição e apenas com a abstenção do Sr. Marcelo Ribeiro e a Sra. Vanessa Melo, devido à ausência  
10 de ambos nas reuniões dos referidos dias.

11

### 12 **3. Informes**

#### 13 **3.1 Status Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019 – CBH Grande – Comissão Processante**

14 O coordenador, Sr. Luiz Roberto Farias, passa a palavra a Sra. Rochaelly Xavier para que ela contextualize  
15 o status do Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019. Ela esclarece que não ocorreu nenhum  
16 andamento até então, afirmando que o Sr. Edson Campos iria apresentar à equipe o levantamento do  
17 que foi realizado, porém, ele não o fez. Quando questionada sobre os motivos, ela afirma que as  
18 dificuldades estão presentes em falhas de comunicação entre os próprios membros do grupo. Além disso,  
19 afirma que o prazo de encaminhamento do *status* extrapolou os 60 dias e, por se tratar de uma pauta  
20 importante, o coordenador Luiz Roberto Farias afirma que irá entrar em contato com o Coordenador da  
21 equipe Edson Campos para realizarem uma reunião a fim de cobrar esclarecimentos e dar andamento ao  
22 assunto. O Sr. Claudio Ademar relembra a importância da continuidade dos trabalhos, devido à urgência  
23 do assunto e ao fato de que a comissão até então, ainda não foi a campo – que é reafirmado pela Sra.  
24 Larissa Cayres - e solicita ao Sr. Luiz Roberto Farias que ele faça uma cobrança ao Sr. Edson Campos,  
25 solicitação que é contemplada pelo Sr. José Maciel. Após discussões, é acordado que será realizada uma  
26 reunião (virtual) para que as devidas providências sejam tomadas. Após verificar a disponibilidade de  
27 todos, fica definido que a reunião para tratar deste assunto ocorrerá no dia 13 de julho, às 14h. Ademais,  
28 o Sr. Luiz Roberto Farias solicita à Sra. Rúbia Mansur que ela peça à Sra. Samela Ingrid que elabore uma  
29 convocatória e envie a informação aos membros da Comissão Processante - CTIL, no grupo do *WhatsApp*

30

#### 31 **3.2 GT Marco Hídrico – PL 4546/21**

32 Em seguida, o coordenador explica que no início de fevereiro foi constituído um GT para tratar sobre o  
33 Projeto de Lei (PL) 4546/21. Ao tratar sobre o assunto, faz uma recapitulação a respeito do que já foi  
34 realizado por este grupo, como as reuniões e discussões. Ele explica também que no início de maio foi  
35 elaborado e aprovado um relatório, no qual a conclusão é a rejeição do PL, na forma em que foi proposto,  
36 devido às suas inconsistências técnicas e jurídicas. Uma vez que este relatório foi aprovado, o Sr. Luiz  
37 Roberto Farias diz que ele será oficialmente encaminhado à presidência e submetido ao plenário do  
38 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). Em observação, o Sr. Marcelo Ribeiro deixa  
39 registrado que não pôde contribuir devido a sua agenda pessoal de trabalhos, mas parabeniza a Nota  
40 Técnica elaborada pelo grupo.

41

#### 42 **4. Apresentação do Parecer GT CTOC para deliberação da CTIL**

43 Contextualizando, o Sr. Roberto Farias fala sobre o GT criado no âmbito da CTIL e participação de  
44 representantes de demais CTs, e solicita que a Minuta de Deliberação CBHSF Nº102 seja projetada em  
45 tela, para que todos os integrantes possam fazer suas observações. Em seguida, a palavra é facultada aos  
46 membros do GT. Com a palavra, a Sra. Elba Alves se apresenta e explica brevemente o que motivou a  
47 criação do grupo. Em seguida, o Sr. Deivid de Oliveira diz que a demanda dessa nova atribuição à Câmara  
48 Técnica de Outorga e Cobranças (CTOC) não é recente, visto que a câmara não delibera muito acerca da  
49 temática da outorga, concentrando-se nas pautas referentes à cobrança. Ele ainda explica que a definição  
50 dos critérios para outorga não é de competência do Comitê, mas sim do Conselho Nacional de Recursos  
51 Hídricos (CNRH) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e mostra, na projeção, as  
52 propostas elaboradas pelo GT e fala sobre a necessidade de discussão delas. Ele ainda ressalta que  
53 apenas o estado de Minas Gerais (MG) permite que os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) participem  
54 da avaliação dos processos de outorga de grande porte. Como havia sugerido, o Sr. Deivid de Oliveira faz  
55 a leitura das propostas de alteração no texto relativo às atribuições da CTOC. Com a palavra, a Sra. Sonáli  
56 Cavalcanti faz algumas considerações. No que diz respeito aos tópicos VII e VIII, ela reitera a importância

57 do uso da expressão “propor no âmbito das competências dos comitês”, pois isso resguarda o comitê  
58 para que ele não vá além de suas atribuições. No item IX, ela questiona a atribuição de uma competência  
59 referente à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) à CTOC e sugere que seja alterada a redação,  
60 trocando alguns termos. Em relação aos demais itens, ela diz estar de acordo e que não há nada a  
61 acrescentar. Em relação à correção sugerida pela Sra. Sonáli Cavalcanti, os membros do GT, Elba Alves e  
62 Deivid de Oliveira, assim como o Sr. Luiz Roberto Farias, concordam. Em contribuição, o Sr. João Bastos  
63 acredita que ao contrário de apenas trocar os trechos, assim como a Sra. Sonáli Cavalcanti propôs, todo o  
64 inciso deve ser redigido, porque da maneira como foi feita, faz a mistura entre legislação e  
65 regulamentações. Além disso, segundo ele, essas propostas, do modo que estão redigidas, faz com que as  
66 atribuições referentes à CTIL e à CTOC se confundam, o que culminaria em um círculo vicioso, na prática.  
67 Em resposta ao apontamento do Sr. João Bastos, o Sr. Luiz Roberto Farias afirma que possui uma visão  
68 diferente, explicando que a CTOC irá apenas analisar os aspectos técnicos e realizará proposições,  
69 cabendo a CTIL analisar a viabilidade dessas propostas. Em proposição, a Sra. Rochaelly Xavier sugere a  
70 substituição de uma palavra por outra e os Srs. Luiz Roberto Farias e João Bastos concordam, a princípio.  
71 Após discutirem e analisarem as possibilidades, a Sra. Rochaelly Xavier faz outra sugestão, a qual recebe a  
72 colaboração da Sra. Sónali Cavalcanti e do Sr. Marcelo Ribeiro e o texto fica redigido de forma que  
73 ninguém tenha nada mais a considerar. Posteriormente, a Sra. Larissa Cayres sugere a exclusão do inciso  
74 IX, porque, segundo ela, sua ideia é contemplada pelo inciso X. Após discussões a respeito disso e  
75 acréscimos de ideias para a redação, ela foi aprovada, por unanimidade, após a exclusão do inciso IX. A  
76 proposta será apresentada à CTOC e seguirá para diretoria colegiada do CBHSF.

77

##### 78 **5. Demanda Ofício SEC CBHSF nº 10/2022 sobre diárias**

79 Visto que surgiu o assunto sobre os problemas referentes às diárias, os membros da reunião acharam  
80 conveniente antecipar o ponto de pauta nº 9. Assim, o Sr. Luiz Roberto Farias passa a palavra ao  
81 Secretário Almacks Silva, que trata a respeito da demanda – a qual ele solicitou que fosse incluída como  
82 ponto de pauta. O Sr. Almacks Silva fala que o assunto foi discutido em uma reunião da Diretoria  
83 Colegiada (DIREC), em Maceió, que ocorreu há três meses. Ele salienta que o custeio das diárias se baseia  
84 em um Decreto Federal estabelecido em 2006, que não atende mais às demandas atuais. Considerando a  
85 importância do assunto, ele sugere que os membros da CTIL façam uma avaliação desse decreto com  
86 encaminhamentos relacionados à temática. Com a palavra, o Sr. José Maciel de Oliveira contextualiza o  
87 processo encaminhado sobre a temática que foi para o Tribunal de Contas da União (TCU). Em síntese,  
88 ele fala sobre as diferenças de realidades que refletem nas divergências de custo das diárias e sobre o  
89 enquadramento dos membros do CBHSF na linha do Decreto Federal dos Servidores Públicos Federais.  
90 Sendo assim, segundo ele, isso garantia o ressarcimento dos valores gastos em deslocamento, contudo,  
91 isso foi cortado. Por isso, houve um esforço dos membros, apoiados pela Agência Peixe Vivo (APV), para a  
92 realização de uma consulta ao TCU, o qual, em um acórdão, salientou que cabe à ANA normatizar os  
93 valores referentes às diárias. O Sr. José Maciel de Oliveira diz que, na semana anterior, o governo federal  
94 havia emitido um decreto que aumentava os valores das diárias, porém, ele está em desacordo com a  
95 realidade da bacia e que a ANA pode regulamentar essa questão. Ele também salienta a cooperação  
96 entre os demais CBHs federais para que eles possam reivindicar que a ANA faça a normatização sobre  
97 diárias e recursos da cobrança daqueles que não compõem o quadro de servidores públicos, uma vez que  
98 os membros do CBHSF não compõem esse grupo. Considerando isso, ele propõe a elaboração de um  
99 documento oficial, que deva conter a assinatura de todos os membros dos CBHs federais. Quando  
100 questionado pelo Sr. Luiz Roberto Farias sobre a data de envio da proposta, o Sr. José Maciel diz que será  
101 em agosto e que o documento não demanda muita sistematização, tratando-se apenas de uma simples  
102 solicitação. O Sr. Luiz Roberto Farias se compromete a elaborar um texto tratando sobre o assunto e

103 enviá-lo, via e-mail, para os membros da CTIL, para que eles possam emitir suas opiniões e, dessa forma,  
104 apresentar oficialmente à Diretoria do CBHSF para que estes encaminhem à ANA.

105

#### 106 **6. Apresentação sobre a proposta de DN Conflitos de Uso**

107 O Sr. Luiz Roberto Farias relembra que na última reunião, a Sra. Sara Lemos foi escalada para apresentar  
108 uma proposta sobre a atualização da Deliberação Normativa (DN) sobre o Conflito de Uso, entretanto,  
109 por motivos de força maior, ela não conseguiu elaborar essa apresentação, que, ao seu ver, é necessária  
110 porque o conflito na região do Grande está em andamento desde 2014. Portanto, devido a esse motivo, o  
111 Coordenador diz que a discussão terá que ocorrer em outra reunião, quando a apresentação estiver  
112 pronta. Para dar prosseguimento e adiantamento aos trabalhos, o Sr. Roberto Farias escala a Sra.  
113 Veridiana Araújo e o Sr. João Bastos para substituir a Sra. Sarah Lemos, no período em que ela está  
114 afastada para tocar a elaboração da proposta de resolução de conflito. Em seguida, ele relembra a  
115 composição da comissão processante, que é formada pelo coordenador Edson Campos, a Sra. Rochaelly  
116 Trindade, o Sr. João Bastos e a Sra. Larissa Cayres. Posteriormente, ele levanta a necessidade de eleger  
117 membros suplentes para caso haja eventualidades que impeçam a participação de alguns membros do  
118 grupo, afetando diretamente os trabalhos, devido ao não atingimento do quórum. Os membros da  
119 reunião concordam, e é eleita a Sra. Elba Alves como membro suplente.

120

#### 121 **7. Apresentação sobre proposta DN Código de Ética e Conduta do CBHSF**

122 Anteriormente, os membros da reunião chegaram no consenso de realocar este ponto de pauta, com a  
123 finalidade de eles poderem fazer uma leitura prévia do documento sobre a proposta de DN a respeito do  
124 Código de Ética e Conduta do CBHSF – que foi elaborado pelo Sr. Willian Ireño. Devido à extensão do  
125 documento e ao tamanho da discussão que surgirá ao seu entorno, os integrantes da reunião acreditam  
126 que não será possível concluir este ponto de pauta nos dias destinados à reunião. Em virtude disso, os  
127 membros decidem deliberar em torno apenas da introdução. O Sr. Willian Ireño salienta que o que está  
128 redigido no Código de Ética e Conduta precisa ser discutido e debatido por todos os colaboradores, para  
129 alcançar um bom trabalho, mas que, em um primeiro momento, ele incluiu aquilo que ele acredita que  
130 seja relevante para a boa convivência dos membros do CBHSF. Em seguida, o Sr. Luiz Roberto Farias  
131 solicita à Sra. Rúbia Mansur, que ela projete, em tela, o documento e passa a palavra ao Sr. João Bastos,  
132 para que ele faça suas sugestões de alterações. Na palavra, o Sr. João Bastos sugere que sejam realizadas  
133 algumas alterações na introdução. Ele ainda complementa que não acredita ser necessário excertos  
134 extensos e que há formas de reescrever de forma mais sucinta. A Sra. Rúbia Mansur faz uma sugestão de  
135 redação, que é ratificada pela Sra. Sonáli Cavalcanti, a qual faz uma observação sobre não existir  
136 conselheiros no comitê, apenas membros. A partir disso, a Sra. Rúbia Mansur aproveita para falar a  
137 respeito da inserção de prestadores de serviço do CBHSF, no texto, o que, ao seu ver, não é conveniente,  
138 uma vez que essas pessoas não compõem o corpo do CBHSF – ao qual o Código é destinado. O Sr. João  
139 Bastos complementa, dizendo que funcionários de Agências de Bacias não podem ser punidos, no âmbito  
140 do comitê, uma vez que eles não fazem parte do Código. A Sra. Rúbia Mansur reforça a fala do João  
141 Bastos pontuando que a Agência deve ter um código de ética próprio, questões administrativas, não  
142 cabendo ao CBH regulamentar essa questão. Ela ainda levanta a necessidade de redobrar a atenção na  
143 elaboração desse código. O Sr. Willian Ireño ressalta que o objetivo do Código não é a punição, a qual só  
144 é recorrida em casos extremos, mas sim evitar, regular e mediar problemas. Após os membros  
145 contribuírem com suas falas, o Sr. Luiz Roberto Farias dá prosseguimento à leitura do documento.  
146 Conforme havia sido discutido inicialmente, as alterações sugeridas pelo Sr. João Bastos são realizadas,  
147 com alguns ajustes realizados pela Sra. Sonáli Cavalcanti e pelo Sr. Willian Ireño. Dando prosseguimento à  
148 leitura, o Sr. Luiz Roberto Farias acredita que alguns tópicos estão muito extensos, cabendo redigi-los,  
149 para reduzi-los e, em seguida, com a ajuda dos membros da reunião, ele faz isso e modifica alguns termos  
150 para chegar a um resultado melhor. Em seguida, o Sr. Luiz Roberto Farias questiona a todos se estão de  
151 acordo com a redação e, como não houve objeções, ele conclui a edição do texto. Posteriormente, a Sra.  
152 Rúbia Mansur fala que o documento será inserido no *Google Drive* para que todos os membros possam  
153 fazer suas contribuições e dá as instruções operacionais de como isso deve ser realizado. Dito isso, o

154 Coordenador alerta que esse documento será reapresentado na próxima reunião e que é importante a  
155 leitura prévia do texto e a inserção das observações e contribuições, para que a próxima discussão seja  
156 mais objetiva. Fica decidido que o documento será encaminhado, pela Sra. Rúbia Mansur, no *Google*  
157 *Drive*, no dia 11 de julho e que, a partir daí, haverá um prazo de 15 dias corridos para que os membros  
158 possam ler e inserir suas ideias.

159

#### 160 **8. Formação de um GT para estudar as relações das expedições científicas do CBHSF**

161 Contextualizando, o Sr. Luiz Roberto Farias diz que o ponto de pauta se trata de um pleito do  
162 coordenador da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio, Cláudio Ademar, para que a CTIL possa  
163 normatizar os documentos referentes às expedições científicas. Em seguida, ele passa a palavra ao Sr.  
164 Cláudio Ademar. Com a palavra, o Sr. Cláudio Ademar faz uma breve explanação a respeito das  
165 expedições científicas que ocorrem nas águas do São Francisco. Diante disso, ele discorre sobre a  
166 importância de haver um documento que conceda sustentabilidade jurídica às expedições, com o  
167 estabelecimento de algumas normas, que também promoverão o resguardo jurídico do comitê. Ademais,  
168 ele ressalta que seu objetivo não é transpor as responsabilidades das universidades para o CBHSF, em  
169 relação às expedições. Em resposta à demanda do Sr. Cláudio Ademar, o Sr. Luiz Roberto Farias sugere  
170 que seja feita uma reunião que contemple os membros representantes das expedições, o Sr. Cláudio  
171 Ademar e alguns integrantes designados pela CTIL, para que todos possam contribuir na elaboração do  
172 normativo. Ademais, ele fala sobre a necessidade de decidir qual peso terá essa normativa e definir os  
173 critérios para a elaboração. Em seguida, o Sr. Cláudio Ademar sugere a criação de um GT para tratar deste  
174 assunto. Em contribuição, a Sra. Manuella Cardoso discorre sobre a necessidade da criação de um edital  
175 para a indicação de pesquisadores para participar da expedição e menciona a possibilidade de diálogo  
176 com as universidades para uma tentativa de encurtamento no custeio dos seguros de campo dos  
177 pesquisadores. Em contraponto, a Sra. Rúbia Mansur diz que não é de responsabilidade do comitê a  
178 criação de um edital, cabendo às universidades fazerem isso, apenas com o apoio dele no  
179 estabelecimento das diretrizes. Reforça que quem promove as expedições são as universidades e o  
180 CBHSF é apenas um apoiador, considerando inclusive que a entidade delegatária não tem perna para  
181 executar expedições. Explica que o que poderá ser normatizado pelo CBHSF é o apoio (patrocínio), mas  
182 não o formato e procedimentos da própria expedição. Posteriormente, o Sr. Luiz Roberto Farias  
183 menciona a possibilidade de se firmar um termo de compromisso, que cumpre o papel de resguardar o  
184 comitê legalmente, enquanto a normativa passa pelo processo de construção. Com a palavra, Rúbia  
185 Mansur explica que existe um normativo do CBHSF que regulamenta os apoios sendo que ele estabelece  
186 a elaboração de um contrato com o proponente, sendo esse trâmite realizado pela entidade  
187 resguardando o CBHSF e a Entidade Delegatária (ED) no âmbito contratual, nas diretrizes dispostas em  
188 deliberação normativa. O Sr. Cláudio Ademar fala sobre a importância de discutir, quando ocorrer a  
189 reunião de deliberação, o retorno das expedições para a sociedade para além das publicações científicas.  
190 O Sr. Luiz Roberto Farias dá início à abertura de um GT para discutir a elaboração de uma normativa  
191 sobre as expedições científicas e fica decidido que os representantes da CTIL, neste grupo, serão as Sras.  
192 Manuella Cardoso, Vanessa Melo e Sarah Lemos. Após o coordenador questionar sobre sugestões de  
193 datas para a reunião, o Sr. Cláudio Ademar sugere que ela seja realizada na primeira quinzena de  
194 setembro e fica a encargo da Sra. Rúbia Mansur agendar essa reunião para este período, até que se  
195 decida ao certo a data.

196

#### 197 **9. Elaboração de um escopo de capacitação dos membros da CTIL em relação aos conflitos**

198 O Sr. Luiz Roberto Farias, diante do surgimento de uma demanda apresentada pela presidência para a  
199 CTIL, que diz respeito à elaboração de um escopo de uma capacitação que tem por objetivo atualizar os

200 membros da câmara em relação aos conflitos, diz que nomeou as Sras. Manuella Cardoso e Vanessa Melo  
201 para desenvolver tal atribuição. Sendo assim, ele passa a palavra a Sra. Vanessa Melo para que ela possa  
202 apresentar a elaboração, que é projetada em tela. A Sra. Vanessa Melo delibera sobre a necessidade da  
203 existência de um curso de aprofundamento sobre a mediação de conflitos e apresenta a sua proposta de  
204 estruturação, como o cronograma e os objetivos gerais. Em seguida, ela passa a palavra à Sra. Manuella  
205 Cardoso, a qual faz uma explicação detalhada sobre a configuração dos módulos do curso e, ao finalizar,  
206 passa a palavra aqueles que tiverem sugestões. O Sr. Marcelo Ribeiro diz que, na sua percepção, há a  
207 ausência de um tópico exclusivo que trate sobre os conflitos em torno dos recursos hídricos e sugere,  
208 caso seja possível, que isso seja inserido no cronograma do curso. Dito isso, o Sr. Luiz Roberto Farias  
209 solicita às Sras. Manuella Cardoso e Vanessa Melo que elas insiram essa demanda na elaboração, a qual  
210 foi feita na forma de um novo módulo, que será apresentado no dia seguinte. Ademais, o Sr. João Bastos  
211 propõe a troca do termo “negociação e resolução” por “métodos de resolução” utilizado no documento,  
212 pois o primeiro é bem restrito, enquanto o outro abrange diversas formas de solucionar um conflito.  
213 Posteriormente, a Sra. Vanessa Melo salienta a importância de o curso contar com mais de um professor,  
214 pois, ao seu ver, cada um possui uma área de expertise e o Sr. Marcelo Silva concorda, acrescentando seu  
215 ponto de vista acerca do assunto. A Sra. Manuella Cardoso explica o porquê o curso não pode ser  
216 submetido aos regulamentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, segundo ela, implicaria em  
217 alterações na carga horária das atividades e, conseqüentemente, no valor. Na oportunidade, o Sr. Deivid  
218 de Oliveira faz um apelo para que o curso não ocorra todo em uma mesma semana, pois comprometeria  
219 o seu trabalho. Diante disso, chega-se ao consenso de que o curso deverá ocorrer em dois blocos. Em  
220 relação a estimativa de ocorrência do curso, a Sra. Rúbia Mansur diz que o processo para contratações é  
221 composto por várias fases e passa por diversos setores da entidade, considerando ainda a demanda atual  
222 do CBHSF (mais de 100 ações), o processo pode ser um pouco demorado, pois vai entrar na fila das  
223 demandas de licitação. Diante do exposto, fala que se a demanda chegar formalmente com todas as  
224 diretrizes para subsidiar a construção do termo de referência, até no máximo na próxima semana,  
225 acredito que o curso irá acontecer somente após o mês de outubro (mesmo assim não será garantido).  
226 Surge uma discussão acerca da decisão do local de realização do curso e fica decidido que o primeiro  
227 bloco será em Penedo/AL e o segundo, em Maceió/AL. Após reajustar o plano, inserindo as sugestões do  
228 grupo, a Sra. Vanessa Melo faz a sua apresentação. Foi reajustado o objetivo que tratava especificamente  
229 sobre conflitos ambientais por pelos conflitos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF), o  
230 cronograma foi alterado para atender às duas etapas solicitadas, houve o acréscimo de mais um módulo  
231 sobre recursos hídricos e houve mudanças semânticas, para não afetar o entendimento dos objetivos.  
232 Diante disso, o Sr. João Bastos sugere a aglutinação dos módulos um e dois, pois, ao seu ver, eles não  
233 demandam muito tempo. Em concordância, a Sra. Manuella Cardoso diz que acredita ser proveitoso  
234 inserir o módulo quatro na primeira etapa, reduzir a carga horárias dos dois primeiros módulos e duplicar  
235 a durabilidade do último. O Sr. Marcelo Ribeiro propõe a inversão dos locais de sede das etapas do curso  
236 para que, na segunda parte – que se debruça mais nos aspectos práticos – os membros da CTIL possam  
237 fazer uma visita técnica à Penedo/AL, para entender como foi o processo de resolução e conflitos do uso  
238 da água que aconteceu lá. Como todos concordaram com a proposta, as Sras. Vanessa Melo e Manuella  
239 Cardoso incluem no plano essa alteração, acrescentado mais horas nos dois últimos módulos para  
240 contemplar às visitas de campo e não comprometer o cumprimento da agenda. As mesmas ficaram de  
241 ajustar as diretrizes e enviar para o coordenador da CTIL para que este encaminhe à Diretoria e após  
242 aprovação, seguir para Entidade Delegatária providenciar os ajustes da contratação.

243

#### 244 **10. Divisão do trabalho por núcleo temático para proposta de atualização do Regimento Interno do** 245 **CBHSF**

246 O coordenado da CTIL inicia o referido ponto de pauta dizendo que o Regimento Interno do CBHSF foi  
247 atualizado nos anos de 2016 e 2017, havendo algumas modificações em 2018, mas que ainda há diversos  
248 itens que necessitam ser reajustados, tais como os regulamentos referentes ao processo eleitoral, aos  
249 quóruns mínimos para a abertura de reuniões, a consignação do Código de Ética, a substituição de alguns

250 membros das Câmaras Técnicas (CTs), atribuir maior prestígio aos membros suplentes e os demais  
251 normativos defasados que constam no Regimento desde o ano de 2001. Em seguida, ele passa a palavra  
252 ao Sr. Almacks Silva para que ele possa fazer algumas considerações. Com a palavra, o Sr. Almacks Silva  
253 fala sobre a importância da delimitação e definição das atribuições do presidente e dos secretários, no  
254 Regimento Interno, para que se garanta a eficiência da resolução dos problemas. Sr. Roberto Farias  
255 propõe que seja criado um grupo para discutir os capítulos integrantes do documento e que, dentro  
256 deste grupo, os capítulos sejam distribuídos entre duplas para fazer a discussão. Após a apresentação da  
257 proposição do Sr. Roberto Farias, os membros da reunião discutem sobre as maneiras mais efetivas de  
258 fazer a análise e a inserção das propostas de reajuste para o Regimento. Chega-se à conclusão de que  
259 será encaminhado email aos membros do Plenário do CBHSF e demais CTs com prazo determinado para  
260 contribuições (45 dias corridos). Na sequência os integrantes da CTIL devem avaliar as contribuições  
261 recebidas. Em seguida, é definido os membros que integrarão o grupo para trabalhar no Regimento  
262 Interno: o Sr. Luiz Roberto Farias (coordenador do grupo), o Sr. Willian Ireno, a Sra. Hilda Bicalho, a Sra.  
263 Sonáli Cavalcanti, a Sra. Rochaelly Trindade, o Sr. João Bastos. Ademais, o Sr. Roberto Farias discorre  
264 sobre a necessidade de criar mais um capítulo para tratar sobre o processo eleitoral, que, ao seu ver,  
265 precisa ser mais transparente. Em seguida, o Sr. Almacks Silva fala da importância de considerar a  
266 participação de membros representantes de todos os estados para haver uma troca de experiências e a  
267 Sra. Rúbia Mansur salienta o papel da Câmara Técnica de Articulação e Integração (CTAI) nesse processo.  
268 Considerando isso, a Sra. Hilda Bicalho sugere que a CTAI seja incluída na pauta e que ela encaminhe suas  
269 contribuições para o Regimento ao GT que trabalhará no reajuste. A Sra. Rúbia Mansur, em contribuição,  
270 afirma que o tempo para o reajuste do Regimento Interno – incluindo a inserção do capítulo referente ao  
271 processo eleitoral – é curto, levando em consideração a complexidade do tema. Em contrapartida, o Sr.  
272 Roberto Farias acredita que com uma coordenação efetiva, será possível executar esses ajustes com  
273 tranquilidade, sem pressa considerando a importância da temática.

274

## 275 **11. Assuntos Gerais**

276 O Sr. Willian Ireno pergunta ao coordenador se há a possibilidade de ser criado um material que conceda  
277 personalidade institucional à CTIL e, em resposta, ele diz que sim. O presidente do CBHSF, José Maciel, diz  
278 que esteve, no dia 06 de julho, em uma reunião com a Secretária do Meio Ambiente do Estado da Bahia,  
279 falando sobre as ações do CBHSF na Bahia e solicitou ao órgão que ele repassasse as informações sobre  
280 suas ações na BHSF. Diante disso, o Sr. José Maciel fala sobre a importância dessas informações  
281 referentes aos planos municipais, governamentais, da esfera privada, dentre outros, também estarem  
282 contidos na divulgação do Plano de Recursos Hídricos para que todos possam ter ciência sobre o que está  
283 sendo feito na BHSF. Ademais, ele reforça a importância do CBHSF como um articulador entre as  
284 diferentes esferas da sociedade. A Sra. Sonáli Cavalcanti lembra a todos que naquela semana foi  
285 publicado um aviso de consulta pública 01/2022 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) sobre  
286 o Programa Nacional de Recuperação de Bacias Hidrográficas. A Sra. Larissa Cayres aproveita a  
287 oportunidade para questionar o Sr. José Maciel sobre qual seria o período ideal para que a Secretaria do  
288 Meio Ambiente da Bahia apresentasse as ações realizadas na Bahia, no que tange a BHSF. O Sr. Cláudio  
289 Ademar informa que, nos dias 4 e 5 de agosto, entregará Planos de Saneamento em alguns municípios da  
290 Bahia e de Pernambuco, que está dando ordem de serviço em um projeto hidroambiental em Cedro/PE e  
291 que há três termos de referência prontos para serem licitados em julho. Ademais, ele avisa que no dia 13  
292 de julho, em Chorrochó/BA, será dada a ordem de serviço para a execução do projeto executivo de  
293 saneamento do município. Em seguida, o Sr. Cláudio pergunta ao grupo se não seria pertinente a  
294 publicação de um informe dizendo sobre o que pode ou não ser discutido pela CTIL, no período de  
295 processo eleitoral e o Sr. Luiz Roberto Farias diz que se for desejo de todos, isso pode ser feito. O Sr. José  
296 Maciel diz que recebeu dúvidas referentes a esse assunto e fala que expedirá um ofício direcionado à

297 ANA fazendo questionamentos sobre o tema. O Sr. Luiz Roberto Farias abre a votação para decidirem o  
298 local de realização para a próxima reunião da CTIL e fica decido que ela ocorrerá em Aracaju/SE. Sem  
299 mais nada a ser discutido, o coordenador da CTIL agradece a presença de todos, em seguida, encerra a  
300 reunião, às 11h30.

301

302 **Abaixo quadro resumo dos encaminhamentos.**

303

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1.	Agendamento de uma reunião com o GT Comissão Processante Nº 01/2019.	Luiz Roberto Farias	Imediato
2.	Elaboração de um texto solicitando à ANA a normatização sobre as diárias e recursos de cobrança.	Luiz Roberto Farias	16/07/2022
3.	Convocar reunião da Comissão Processante para dia 13/07.	Samela Ingrid	08/07/2022
4.	Encaminhamento do documento do Código de Ética e Conduta, no Google Drive, para os membros da reunião.	Rúbia Mansur	12/07/2022
5.	Encaminhamento do RI aos membros do CBHSF com prazo para contribuições	Rúbia Mansur	12/07/2022
6.	Agendamento da reunião do GT formado para discutir uma elaboração normativa sobre as expedições científicas, para a primeira quinzena de setembro.	Rúbia Mansur	Imediato

304

305

*Salvador, 07 e 08 de julho de 2022.*

306

307

**Luiz Roberto Porto Farias**  
Coordenador da CTIL

**Deivid Lucas de Oliveira**  
Secretário da CTIL

308